

Polanyi e Granovetter a partir do olhar de Lukács*

Paulo Henrique Furtado de Araújo**

Resumo: O artigo examina criticamente as contribuições de Polanyi e Granovetter sobre as noções de enraizamento e inserção do indivíduo em redes sociais a partir da construção proposta por Lukács em *Para uma Ontologia do Ser Social*. Propõe-se a repensar e apontar pistas para uma explicação, adequada ao pensamento marxiano, das necessárias articulações entre as tomadas de decisão realizadas no aqui e agora, no cotidiano do mundo dos homens, e as legalidades e tendências mais gerais produzidas por elas e sentidas na totalidade do ser social.

Palavras-chave: Lukács. Polanyi. Granovetter. Ontologia. Enraizamento.

Códigos JEL: B24, B29, B51.

1. Introdução

Polanyi é um dos autores que inspiram a Nova Sociologia Econômica de Granovetter. Ainda que haja claros afastamentos teóricos entre ambos, é possível identificar a relevância da construção teórica de Polanyi para Granovetter, sendo a noção de enraizamento (*embeddedness*) de Polanyi reapropriada por Granovetter sob a noção do indivíduo inserido em redes sociais. Tal noção surge como uma possível resolução para a necessária articulação entre o indivíduo e a totalidade social. Acreditamos que, para a tradição teórica marxista, seria adequado o melhor entendimento de tal articulação. Ou ainda, é uma necessidade que melhor se explique a necessária articulação entre as tomadas de decisão individuais, que ocorrem no aqui e agora, no cotidiano do mundo dos homens, e as legalidades e tendencialidades mais gerais, que são por elas geradas no âmbito da totalidade do ser social.

O Lukács de *Para uma Ontologia do Ser Social*, no nosso entendimento, é o autor da tradição marxista que apresenta as mais interessantes construções teóricas elucidativas dessas questões. Não obstante, acreditamos que a adequada captura da ligação entre decisões individuais no cotidiano e as legalidades do ser social exigem maiores esforços intelectuais e uma atitude crítica permanente. De passagem, assinalamos que o livro *História e Consciência de Classe* (Lukács, 2003), que tão grande influência exerceu no chamado marxismo ocidental e na produção teórica universitária ocidental ao longo do século XX, não é tratado por nós no presente artigo. E assim o fazemos tendo em vista o Prefácio de 1967, escrito pelo autor, em que ele fala que nos anos 30 do século passado

* O presente artigo é uma versão modificada de uma parte do capítulo 4 de nossa tese de doutorado (Araújo, 2009). Agradeço aos pareceristas anônimos desta revista cujas sugestões ajudaram no aperfeiçoamento do artigo. Como de praxe, os eventuais erros, equívocos e omissões são de minha inteira responsabilidade.

** Professor da Faculdade de Economia da UFF e membro do NIEP-MARX-UFF. E-mail: phfaraujo@vm.uff.br

reconhecera a “falsidade dos fundamentos de *História e Consciência de Classe*” (p. 48). Mais adiante, ele afirma que “(...) considerava então, e considero ainda hoje, franca e efetivamente, a *História e Consciência de Classe* como um livro errôneo” (p. 49). Noutra passagem revela que o livro

(...) representa objetivamente – contra as intenções subjetivas do seu autor – uma tendência no interior da história do marxismo que, embora revele fortes diferenças tanto no que diz respeito à fundamentação filosófica quanto nas consequências políticas, volta-se, voluntária ou involuntariamente, contra os fundamentos da ontologia do marxismo. Tenho em vista aquelas tendências que compreendem o marxismo exclusivamente como teoria social ou como filosofia social e rejeitam ou ignoram a tomada de posição nele contida sobre a natureza. (p. 14)

Ou seja, Lukács reforça seu compromisso com a demonstração de que há uma ontologia marxiana que é erroneamente negada por *História e Consciência de Classe*. Reconhecendo que essa posição de Lukács é minoritária hoje no campo do marxismo, e que seria possível realizar um esforço de reflexão a partir de outras tradições como a teoria crítica da Escola de Frankfurt ou a partir da tradição althusseriana, nossa opção é por acompanhar o autor e confrontar essa compreensão ontológica materialista do ser social com os constructos teóricos de Polanyi e Granovetter. Acreditamos na possibilidade de diálogo entre as posições e em possíveis ganhos para o desvelar das especificidades da sociabilidade humana.

2. Polanyi a partir do olhar de Lukács

Polanyi, ao longo do livro *A Grande Transformação*, no qual, de fato, ele se propõe a reescrever a história, parece ter, em vários momentos, um viés crítico-romântico do capitalismo. Ou ainda, parece acreditar que a constituição de uma nova legislação, de novas normas, novos costumes etc. possam, por si mesmas, refrear a lógica humano-societária do capital. Ele parece acreditar que os complexos constitutivos da superestrutura, por si só, são capazes de pôr travas e limites à esfera do econômico. Não conseguindo perceber que o sociometabolismo do capital tem a capacidade de afastar as travas e os limites impostos à sua lógica sempre que a extração de mais mais-valor se encontre ameaçada. Independentemente do ritmo em que tal afastamento se dê, o resultado final é sempre a manutenção da lógica do capital.¹

1 Polanyi apresenta sua posição com o seguinte raciocínio: “Um prevailecimento tão fácil de interesses privados sobre a justiça é visto, muitas vezes, como um sinal certo da ineficiência da legislação; e a vitória da tendência inutilmente obstruída é citada, subsequentemente, como evidência conclusiva da alegada futilidade de um ‘intervencionismo reacionário’. Todavia, tal opinião parece perder de vista o ponto principal. Por que a vitória final de uma tendência deve ser tomada como prova de ineficácia dos esforços para diminuir o ritmo do seu progresso? E por que o propósito dessas medidas não pode ser visto precisamente naquilo que elas alcançaram, i.e., a diminuição do ritmo da mudança? Aquilo que é ineficaz para parar uma linha de desenvolvimento não é, por isso mesmo, totalmente ineficaz. O ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança; mas, enquanto esta última frequentemente não depende da nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós” (2000, p. 55).

Para nosso interesse, o conceito-chave trabalhado por Polanyi, no referido livro, é o de enraizamento. De certa forma, esse conceito permeia a própria reinterpretação da história feita por Polanyi. Quando trata das economias pré-capitalistas, ele argumenta que a economia está enraizada na tradição e na religião dos grupos sociais. Tal aspecto muda com o advento da economia capitalista (o que ele chama de economia de mercado autorregulado) na qual a esfera econômica não está mais enraizada na tradição e na religião, mas nas relações sociais de mercado. A explicação para este desenraizamento passa pelo que ele chama de estabelecimento do moinho satânico e do duplo movimento a este associado.

O advento das máquinas complexas e do sistema fabril mecanizado com a revolução industrial inglesa iniciada no século XVIII, segundo Polanyi, trouxe a ideia do mercado autorregulável. Uma exigência imediata da revolução industrial é a disponibilidade, em quantidades adequadas, de trabalho e matéria-prima, que garanta a continuidade do fluxo produtivo. Como a sociedade a partir da qual brota a revolução industrial era uma sociedade agrícola, vários aspectos desta antiga sociedade vão ser alterados. Agora, a obtenção de renda, emprego e provisões passam a depender do fluxo contínuo da produção voltada para o mercado, produção esta que tem por objetivo final o lucro (ao contrário do que ocorria até então, quando o objetivo era a subsistência). Além disso, as transações econômicas são necessariamente monetárias, o que logicamente põe a necessidade da presença do dinheiro em cada espaço da vida industrial. A conclusão de Polanyi é de que, na atividade de venda, o mercador-produtor, tendo ou não demanda pelos seus “artefatos”, não afeta o tecido social. Mas suas compras de matérias-primas e trabalho (natureza e homem), caso sejam paralisadas, podem “desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu *habitat*” (Polanyi, 2000, p. 61).

Enquanto Weber (2008) fala de um espírito capitalista antes do capitalismo, Polanyi acerta ao demonstrar que a sociedade de mercado autorregulado, com sua lógica, é uma criação recente na história humana. De tal forma que nas sociedades primitivas a economia estava enraizada, submetida às relações sociais, e de forma alguma se identificava aí um espírito capitalista. Nas sociedades primitivas o sistema econômico era dirigido por motivações não econômicas, e para estas não se colocava a maximização do lucro ou coisa que o valha. A questão era cumprir as exigências sociais, garantir sua própria situação social e seu patrimônio social. A ordem na produção e na distribuição de valores de uso era garantida pelos princípios da reciprocidade, da redistribuição e da domesticidade. Estes princípios, segundo Polanyi, organizaram o sistema econômico até o fim do feudalismo na Europa Ocidental. Somente com a revolução industrial, no século XVIII, é que o mercado assume o lugar central na vida econômica. Agora, a sociedade passa a ser dirigida como se fosse um acessório do mercado, e em vez de a economia estar enraizada nas relações sociais, são as relações sociais que estão en-

raizadas na economia. Diante dessa constatação, Polanyi se coloca a tarefa de explicar como ocorreu a transformação de mercados isolados em uma economia de mercado, de mercados reguláveis num mercado autorregulável. Como os mercados, na opinião de Polanyi, têm uma natureza não expansiva, a explicação será encontrada na intervenção do Estado. Essa intervenção tinha por objetivo inicial contrapor-se às tendências dissolutivas do padrão social oriundas da atuação do mercado e às tendências decorrentes do predomínio da máquina na produção fabril.

Polanyi defende que o comércio tem por origem uma esfera externa à comunidade, portanto, não estando ligado à organização interna da economia. Polanyi argumenta que o mercado externo favoreceu o desenvolvimento do mercado local. E como o mercado local tinha sua influência sobre a vida social limitada pelo costume, lei, religião, magia etc., e como as próprias cidades (que eram resultado do desenvolvimento dos mercados locais) tiveram um papel de impedir a expansão das práticas de mercado pelo campo e de seu enraizamento na vida econômica da sociedade mais primitiva, a conclusão dele é que o mercado interno ou nacional foi criado pela intervenção do Estado. As cidades medievais sentiam suas instituições ameaçadas pela mobilidade do capital, e reagiram controlando somente o comércio local, dado que não tinham como controlar o comércio a longa distância. O Estado nacional atuou contrariando este movimento da vida urbana criando o mercado interno/nacional, derrubando barreiras entre o comércio local e intermunicipal etc. Num primeiro momento, o Estado inspirado pelos princípios mercantilistas passa a fazer total regulamentação da vida econômica não só em escala local, municipal, mas em escala nacional. Neste momento, a economia ainda estava enraizada nas relações sociais gerais, mas com o advento da Revolução Industrial Inglesa temos o emergir do mercado autorregulável. Com o mercado autorregulável surge o que Polanyi chama de mercadorias fictícias: trabalho, terra e dinheiro.

Na argumentação de Polanyi, como “tudo que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda” (p. 92), terra, trabalho e capital não são mercadorias. E “incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado” (p. 93). A conclusão é que permitir o funcionamento do mercado autorregulado sem leis e travas jurídicas é deixar que esse “moinho satânico” leve a sociedade à derrocada.

Polanyi tem o mérito de redescobrir o “homem como ser social” (2000, p. 65), mas tal redescoberta, se lhe permite ter uma compreensão superior das questões da sociabilidade humana, das contradições próprias ao vir-a-ser do homem, comparativamente ao que encontramos na economia vulgar, não é suficiente para arrancá-lo de uma postura romântica quanto à possibilidade de deter o avanço do capital e da sua sociabilidade que prescinde das questões ligadas à manutenção do meio ambiente e da humanidade do homem.

A incapacidade de dar um tratamento científico para a esfera do econômico traz limitações graves para a análise de Polanyi. Primeiro, parece que ele não compreende ou não aceita a centralidade da esfera do econômico no ser social.² Segundo, ele despreza um tratamento acurado para as categorias com as quais opera. Assim, mercadoria é definida como algo que se compra e vende e que logo tem que ser produzida para a venda. E se não for produzido para a venda não é mercadoria. Tal ligeireza no tratamento da categoria mercadoria proporciona equívocos teóricos de graves consequências para a continuidade da sua construção teórica. Pois, lembrando Marx, uma coisa é mercadoria quando possui valor de uso e valor (em geral, em abstrato). Sendo o valor dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário e gasto para a fabricação da mercadoria. Além disso, no que diz respeito ao trabalho, não é correto dizer que o trabalhador vende o trabalho. Trabalho é uma categoria que define o homem enquanto homem, é intrínseco a ele. É a categoria que o diferencia dos primatas superiores. Na verdade, o que é vendido é a força de trabalho, a capacidade de trabalhar do indivíduo, e isso implica a submissão do corpo físico do trabalhador ao capitalista pelo número de horas diárias contratadas. Pois só assim ele pode realizar as tarefas necessárias para a fabricação de mercadorias. Neste sentido, força de trabalho é uma mercadoria que possui valor de uso e valor. A propósito, a discussão sobre a categoria força de trabalho é extensa em *O Capital* de Marx, e nos surpreende que Polanyi passe ao largo dela e se apegue a uma noção ricardiana na explicação do que é vendido pelo trabalhador ao capitalista. Entretanto, é preciso registrar a explícita rejeição da teoria do valor trabalho de Marx e a adesão, com restrições à teoria do valor utilidade. Naturalmente, tal movimento cobra um alto preço de Polanyi. Por exemplo, incapacita-o a explicar cientificamente a categoria de lucro, de tal forma que ele fica preso, sem perceber, a um argumento circular (lucro é “(...) diferença entre dois conjuntos de preços, o preço dos bens produzidos e seus custos, i.e., o preço dos bens necessários para produzi-los” (2000, p. 90)). Na verdade, com a rejeição da teoria do valor trabalho, sai de cena a categoria de capital (entendida enquanto relação social que envolve trabalho assalariado) e exploração da força de trabalho (e, logicamente, a luta de classes). Entendemos que este é um dos cerne das fragilidades analíticas de Polanyi.

No que diz respeito à terra (natureza), assinalamos que ela também possui valor de uso, valor de troca e valor, sendo que a renda da terra se deve basicamente ao monopólio jurídico que uma classe social possui sobre a terra. Sem dúvida, terra é mercadoria. E nem precisamos discutir a capacidade relativa do homem de transformar em terras cultiváveis áreas geográficas que até então eram incapazes de produzir, graças ao avanço tecnológico.

Por fim, dinheiro de crédito, que é a forma usual que o dinheiro assume hoje no século XXI, também é mercadoria. Ainda que a nota de papel em si não tenha valor, ela

² Vide o esforço, quase desesperado, de Lukács, em sua “Ontologia”, em resgatar a centralidade do econômico na explicação do ser social, sem incorrer em quaisquer tipos de mecanicismos ou economicismos.

é signo do valor. Há toda uma literatura que mostra a desmaterialização do dinheiro e que explica esta peculiaridade a partir da construção teórica marxiana. Aqui, o dinheiro de crédito emitido pela Autoridade Monetária é a expressão do valor contido nas mercadorias. E é em si uma mercadoria, ainda que de tipo especial, pois é produto de um monopólio legal, e tem um preço próprio que é dado pela taxa de juros.

A análise que Polanyi realiza das sociedades primitivas, apoiada na antropologia de sua época, traz em si o problema de ser utilizada enquanto referencial analítico das formas de sociabilidade mais desenvolvidas. Este é um dos motivos dos tantos equívocos em que Polanyi incorre ao tratar das categorias trabalho, terra e dinheiro. Aqui, faz-se necessário retomarmos a questão do método da economia política de Marx³, tal como exposto por Lukács em sua “Ontologia”. Curiosamente, Marx trata das categorias trabalho, dinheiro e renda fundiária ao expor seus argumentos sobre o método da economia política. Está muito claro, para nós, o total desacordo (ou desconhecimento) de Polanyi com relação a tal método, conforme explicitaremos em seguida.

Resumidamente, Marx advoga que o método correto, científico para a apreensão do real dado, envolve um primeiro movimento de abstração⁴, de desconsideração de aspectos não essenciais do real, de tal forma que possamos apreender as categorias-chave na explicação da malha constitutiva do real, mas num momento ainda distante da concreticidade. Envolve, daí, um segundo momento, de concretização, de síntese do estudo, de reaproximação do concreto dado, mas agora se transformando em concreto explicado pelo pensamento. Lukács (2012) argumenta que Marx busca empreender uma crítica ontológica ininterrupta dos fatos, das conexões e das legalidades do ser social. E tal postura vale para a discussão suscitada quanto aos perigos dos caminhos de “cima para baixo” e vice-versa. Pois para Marx não basta ter uma perspectiva genérica do ser social, da sua estrutura (estrutura que determina os caminhos, as direções, as ramificações etc.). Portanto, para ele é indispensável – no processo do conhecimento – tanto as abstrações e generalizações como as concretizações, via especificação dos complexos e das conexões concretas.

Assim, especificar, em termos ontológicos, é perceber a ocorrência das leis do ser social, suas concretizações, modificações, tendencialidades. Para conhecer é preciso investigar os traços particulares de cada complexo objetivo. Dessa forma, sob a categoria de “desenvolvimento desigual”, estão combinados dois pontos de vista que formam uma unidade, a unidade entre tendências de desenvolvimento legais-gerais e tendências particulares. Sendo essa unidade dissociável no plano ideal-analítico e indissolúvel no plano ontológico. Conclui-se que, na perspectiva ontológica, “trata-se de compreender o ser-

3 Item 3 (“O método da Economia Política”) da Introdução dos *Grundrisse* (Marx, 2011).

4 Chasin (2009) apresenta um instigante estudo (*Marx – Estatuto Teórico e Resolução Metodológica*) sobre a resolução metodológica de Marx (item 3. “A Resolução Metodológica”), do qual destacamos a perspectiva das abstrações razoáveis.

propriamente-assim de um complexo fenomênico em conexão com as legalidades gerais que o condicionam e das quais, ao mesmo tempo, ele parece se desviar (Lukács, 2012, p. 369)”.

Marx, no item 3 da “Introdução” dos *Grundrisse*, prossegue e passa a tratar da relação entre categorias simples e categorias mais concretas. Permitam-nos uma citação um pouco mais longa de Marx, que, acreditamos, ajudará no correto entendimento de seu argumento:

(...) as categorias simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas; enquanto o concreto mais desenvolvido conserva essa mesma categoria como uma relação subordinada. O dinheiro pode existir, e existiu historicamente, antes que existisse o capital, antes que existissem os bancos, antes que exista o trabalho assalariado etc. A partir desse ponto de vista, portanto, pode ser dito que a categoria mais simples pode expressar relações dominantes de um todo ainda não desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo desenvolvido, que já tinham existência histórica antes que o todo se desenvolvesse no sentido de que é expresso em uma categoria mais concreta. Nesse caso, o curso do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao combinado, corresponderia ao processo histórico efetivo.

Por outro lado, pode ser dito que há formas de sociedades muito desenvolvidas, embora historicamente imaturas, nas quais se verificam as mais elevadas formas da economia, por exemplo, cooperação, divisão do trabalho desenvolvida etc., sem que exista qualquer tipo de dinheiro (...) é absolutamente falso pôr a troca no interior da comunidade como elemento constitutivo original. Ao contrário, no início a troca surge muito mais na relação das diferentes comunidades entre si do que na relação entre os membros de uma única e mesma comunidade.

(...) Portanto, essa categoria muito simples [dinheiro] não aparece historicamente em sua intensidade senão nas condições mais desenvolvidas da sociedade. (...) Desse modo, muito embora possa ter existido historicamente antes da categoria mais concreta, a categoria mais simples, em seu pleno desenvolvimento intensivo e extensivo, pode pertencer precisamente a uma forma de sociedade combinada, enquanto a categoria mais concreta estava plenamente desenvolvida em uma forma de sociedade menos desenvolvida. (Marx, 2011, p. 56-57)

Em primeiro lugar, quero destacar que Marx, antes de Polanyi, já defendia que a troca não se origina no interior das comunidades mais primitivas, mas das relações recíprocas entre elas. Em segundo lugar, na citação acima, em que Marx trata da categoria dinheiro (registramos que na sequência da exposição ele trata da categoria trabalho e da renda da terra), fica clara a precedência do capital e da sua lógica para a correta compreensão

da categoria dinheiro e de toda sua potencialidade intrínseca que somente no todo mais complexo (que é a sociedade capitalista) poderá se realizar, ainda que a forma dinheiro esteja presente em sociedades menos avançadas, e aí não entrava em todas as relações econômicas, restringindo-se a alguns aspectos destas.

Como já dito, em seguida, Marx passa a tratar da categoria trabalho. Então se ocupa em demonstrar como foi possível ao pensamento científico identificar a categoria de trabalho abstrato. Somente numa totalidade muito desenvolvida na qual se encontram múltiplos gêneros de trabalho, sem que um gênero em particular predomine sobre os demais. Somente aí foi possível produzir abstrações mais gerais, elas

(...) surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. (Marx, 2011, p. 57-58)

Para Marx, somente na formação sociometabólica do capital é possível a elaboração da categoria de trabalho abstrato, somente quando há uma disseminação do trabalho por todos os âmbitos da atividade econômica é que se torna possível pensar no que há em comum entre todos os tipos diferentes e específicos de trabalhos executados – que é o trabalho humano em geral, em abstrato. Mas tal constatação o leva imediatamente a anunciar que as categorias abstratas (como é o caso aqui analisado), ainda que tenham validade para todas as épocas, são produtos de determinada época, produtos de determinadas relações históricas e possuem “plena validade só para essas relações e no interior delas” (Marx, 2011, p. 58). Isso posto, nosso autor pode explicitar que as categorias que explicam o funcionamento da sociedade burguesa podem explicar, também, as articulações e relações de produção de todas as formações sociais desaparecidas. Pois, para Marx, como bem nos mostra Lukács, trata-se de acompanhar o desenvolvimento ontológico do ser social, do aumento da sociabilidade humana, do afastamento paulatino das barreiras naturais, lembrando que somente *post festum* é possível explicar tais movimentos, que não há teleologia neste processo e que em última instância ele é fruto das decisões alternativas de cada indivíduo humano no seu vir-a-ser cotidiano. Daí o argumento marxiano de que “a anatomia do homem é uma chave da anatomia do macaco” (ibid.). Vejamos o que nos diz Marx:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, a dízima etc. quando se conhece a renda da terra. Porém, não se deve identificá-los. (Marx, 2011, p. 58)⁵

Após tratar da categoria trabalho, Marx passa para a análise da agricultura, da propriedade da terra e da renda da terra. O que nos interessa é assinalar que para ele, na sociedade burguesa, a agricultura torna-se um ramo da indústria e é completamente dominada pelo capital. E o mesmo se dá com a renda da terra. Vejamos:

Em todas as formas em que domina a propriedade da terra, a relação natural ainda é predominante. Naquelas em que domina o capital, predomina o elemento social, historicamente criado. A renda da terra não pode ser compreendida sem o capital. Mas o capital é perfeitamente compreensível sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, e tem de ser desenvolvido antes da renda da terra. Após o exame particular de cada um, é necessário examinar sua relação recíproca. (Marx, 2011, p. 60)

Do exposto até aqui, de forma muito breve, sobre o método da economia política de Marx, podemos apontar as inversões promovidas por Polanyi. De partida, já assinalamos que Polanyi toma as sociedades primitivas como referencial analítico para a sociedade burguesa, numa completa inversão do desenvolvimento ontológico do ser social. Daí acusa a economia de mercado autorregulado (a economia capitalista liberal sob a “Pax Britannica” do século XIX), de colocar em funcionamento o “moinho satânico” que trans-

⁵ Marx (2011, p. 58-59) prossegue argumentando que: “Como, ademais, a própria sociedade burguesa é só uma forma antagônica do desenvolvimento, nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes inteiramente atrofiadas ou mesmo dissimuladas. Por exemplo, a propriedade comunal. Por conseguinte, se é verdade que as categorias da economia burguesa têm uma verdade para todas as outras formas de sociedade, isso deve ser tomado *cum grano salis*. Elas podem conter tais categorias de moda desenvolvidas, atrofiadas, caricatas etc., mas sempre com diferença essencial. O assim chamado desenvolvimento histórico se baseia sobretudo no fato de que a última forma considera as formas precedentes como etapas até si mesma, e as concebe sempre unilateralmente, uma vez que raramente critica a si mesma, do que é capaz apenas em condições muito determinadas – e aqui naturalmente não se trata daqueles períodos históricos que parecem a si mesmos como épocas de decadência.”

forma trabalho, dinheiro e terra em mercadorias e leva à derrocada das relações sociais e do meio ambiente. Pois a economia está desenraizada das relações sociais. Um novo enraizamento exigiria reformas legislativas, morais e éticas, para garantir a liberdade do homem. Mais uma vez somos obrigados a voltar a Marx, que num pequeno parágrafo, quase ao final do item do “Método da Economia Política”, diz que:

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem “na ideia” (...). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa. (Marx, 2011, p. 60)

Entendemos que a forma como Polanyi analisa o enraizamento nas comunidades primitivas e a busca de tal enraizamento na sociedade de mercado autorregulado determina o tipo de conclusão a que ele chega. Na verdade, concordamos com Swedberg (2003a, 2003b, 2005a, 2005b) neste ponto. Não nos parece que haja um desenraizamento do econômico nesse último tipo de sociedade. Pois, como o próprio Polanyi constatou, mas parece não ter percebido a dimensão ontológica dessa constatação, o homem é um ser social, e, assim sendo, as relações econômicas estão, sempre, necessariamente, enraizadas nas relações sociais em geral. Mais uma vez, o trabalho é a protoforma do agir humano. A anatomia da sociedade burguesa é uma chave para a compreensão da anatomia das sociedades primitivas e não o inverso. Essa é uma constatação feita a partir do desenvolvimento ontológico do ser social, sem a presença de quaisquer tipos de juízo de valor, mas uma constatação sobre o que é. A questão, não percebida por Polanyi, é que o capital, enquanto lógica, tem a capacidade intrínseca de subsumir tudo a ele. Assim, essa é a categoria-chave que permanece fora da análise de Polanyi e que permite que ele fale num duplo movimento mediante o qual a sociedade reage à dissolução do seu tecido social ante o avanço das práticas do livre-mercado, quando na verdade a reação da sociedade só pode ser adequadamente entendida da ótica da luta de classes, dos seus interesses antagônicos, de suas ideologias conflitantes e de seus projetos políticos próprios. Sua incapacidade de explicar cientificamente o que é capital parece ter uma raiz acima de tudo ideológica no sentido empregado por Lukács em sua “Ontologia” – forma de resolução de conflitos socialmente postos.

A proposta final de Polanyi (2000, p. 291 e ss.) é impregnada de um grande idealismo romântico. Ele propõe que o trabalho, a terra e o dinheiro (para este o processo já estava estabelecido) fossem retirados do mercado através de uma legislação restritiva.

Isso garantiria o início de um novo enraizamento. Tal postura nos remete a uma classificação de Mészáros sobre um tipo específico de ideologia propugnada “(...) por pensadores radicais como Rousseau, [que] revela, com êxito significativo, as irracionalidades da *forma específica* de sociedade de classe, sem dúvida anacrônica, rejeitada a partir de uma nova posição de observação, mas sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social – igualmente determinada pelas das classes sociais, mesmo se historicamente mais evoluídas” (1993, p. 14-15). Entendemos que Polanyi faz uma crítica instigante dos vícios da, por ele chamada, economia de mercado autorregulada, percebe o lado mau da sociabilidade do capital, consegue realizar grandes acertos analíticos, como ao enfatizar que os mercados nacionais surgem por obra e graça dos Estados Nacionais. Em verdade, ele está percebendo algo que Mészáros em outra obra (2002) vai explorar bastante, que é o fato de capital e Estado serem irmãos siameses. Polanyi compreende que o poder político sempre foi utilizado para viabilizar a expansão do lucro, ou, nas palavras dele, como o poder político esteve associado ao valor econômico ao longo do processo de formação das sociedades de mercado autorregulado. Aqui cabe assinalar que, para o pensamento marxiano, assim como para Lukács e Mészáros, está colocada a impossibilidade da superação da lógica humano-societária do capital somente pela esfera política ou jurídica, como entende Polanyi. E cabe também apontar que a política adequada para a execução dessa tarefa é a política que nega a si mesma pois, enquanto forma de poder, precisa deixar de existir para que o homem possa realizar toda a plenitude de suas potencialidades intrínsecas.

3. Granovetter a partir do olhar de Lukács

Granovetter apresenta uma clara linha de continuidade em suas pesquisas a respeito da necessidade da criação de uma ligação entre os níveis macro e micro de análise do sistema social. Partindo do seu artigo de 1973 (“The Strength of Weak Ties”), já é explícita sua crítica ao fato de a sociologia não apresentar uma ligação convincente entre esses dois níveis de análise. Neste artigo seu interesse é ressaltar a força dos vínculos interpessoais que se verificam nas interações sociais de pequena escala, para a ocorrência de vários fenômenos macro como mobilidade social, organização política etc. Neste artigo ele explicita conceitos como laços interpessoais fortes, fracos e ausentes, tríade ausente e ponte. É este o caminho para que se perceba a influência da teoria da ação social de Weber em Granovetter e na Nova Sociologia Econômica.

Noutro artigo publicado em 1985 (“Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness”), a preocupação central é discutir como os comportamentos individuais e as instituições humanas são afetados pelas relações sociais. Esta, conforme o próprio Granovetter assinala, é uma questão clássica para a teoria social. Nesse artigo, Granovetter divide a influência das relações sociais sobre os comportamentos e as insti-

tuições entre uma concepção sobressocializada do homem e uma concepção atomizada e subsocializada do homem pouco influenciada pelas relações sociais. Ele aponta que ambas as concepções desenraízam os atores do seu contexto social, pois ambas aceitam que as ações e decisões são tomadas por atores atomizados. Como alternativa a essas perspectivas, Granovetter argumenta que o melhor caminho para entender a influência das relações sociais é através do conceito de enraizamento (“*embeddedness*”). Aqui, é óbvia a ligação com as construções teóricas de Karl Polanyi. Ainda que Granovetter não concorde com o argumento de Polanyi de que na sociedade de mercado autorregulado tenhamos um total desenraizamento, ao contrário do que verificávamos nas comunidades primitivas em que a economia estava enraizada nas relações sociais. Ou melhor, Granovetter defende que o grau de enraizamento das sociedades pré-mercantis era menor do que o defendido por Polanyi. Além disso, entende que o grau de enraizamento teve uma menor modificação na passagem das sociedades pré-mercantis para a sociedade de mercado autorregulado do que defende Polanyi. Na verdade, neste ponto, Granovetter parece muito próximo da concepção de Durkheim de que na sociedade moderna (de mercado autorregulado) não é fundamental à consciência orgânica dos indivíduos desta sociedade sobre a interdependência e a inserção da esfera econômica nas relações sociais em geral, como ocorria nas sociedades tradicionais. Para Durkheim, a coesão social e a inserção nas relações sociais são garantidas pela divisão social do trabalho que impõe um conjunto de regras sociais (direito, norma, tradição) elaborados coletivamente e inseridos ou não em relações contratuais. Ou seja, como afirma Raud-Mattedi (2005, p. 129), as relações mercantis não se esgotam num único ato de troca, e geram laços sociais, que, ainda que não passem por relações pessoais íntimas, acaba por se inserir, se enraizar e participar “do processo de reprodução das instituições sociais”.

Neste mesmo artigo, Granovetter volta sua atenção para a “nova economia institucional”, de North e Williamson, que tem no cerne de sua pesquisa as instituições sociais. Ele compreende que o enraizamento nas sociedades mercantis é maior e mais substancial do que o aceito pela “nova economia industrial”.

Antes de prosseguirmos com a crítica de Granovetter à “nova economia institucional” e aos economistas modernos, é preciso lembrar que ele, corretamente, assinala que a chamada economia neoclássica, por seguir a tradição da teoria do valor utilidade, defende que a ação humana é atomizada e subsocializada. Nela não há relação de determinação entre estrutura social, relações sociais e atividades de produção, distribuição e consumo. Na economia neoclássica não há relações sociais duradouras, instituições, desconfiança e má-fé. Logo, o livre-mercado, corporificado na estrutura de concorrência perfeita, interdita o uso da força, inibe a fraude e a má-fé. Assim, as relações sociais e o contexto institucional perdem importância, ou são apenas obstáculos circunstanciais para o funcionamento correto da estrutura de concorrência perfeita.

Ao tratar das teorias econômicas de Piore e de Gary Becker, Granovetter argumenta que eles têm uma visão sobressocializada da influência das relações sociais sobre o comportamento individual. Neles, basta conhecer a classe social do indivíduo ou seu lugar no mercado de trabalho e já sabemos tudo sobre seu comportamento e suas tomadas de decisão. As relações sociais condicionam o comportamento dos indivíduos. Além disso, eles ignoram o enraizamento histórico e estrutural das relações sociais (Becker), atribuem um papel menor às relações individuais, enfatizando estruturas perenes que determinarão os papéis normativos.

Comparando a teoria econômica neoclássica tradicional com os economistas mais modernos que tentam contornar o problema da visão subsocializada dessa teoria, Granovetter aponta que estes economistas acabam adotando uma visão sobressocializada. Assim, mais uma vez, ele nos diz que ambas as visões convergem para uma versão atomizada dos homens. Mas, para ele, corretamente, os homens não são átomos isolados do contexto social e nem são autômatos dirigidos mecanicamente por relações sociais exógenas às suas decisões. Diante de tal constatação, Granovetter apresenta sua proposta alternativa, nela os homens realizam ações com finalidades, mas sempre inseridas em dadas relações sociais concretas, ou seja, enraizadas. Sendo que o enraizamento se dá através das redes sociais. As redes sociais são o mecanismo do enraizamento dos indivíduos e ao mesmo tempo elas garantem (obviamente com restrições, nunca de forma absoluta, podendo mesmo produzir situações e meios para o surgimento da má-fé e da desconfiança) a confiança das relações e afastam a má-fé e o oportunismo. Em resumo, laços interpessoais constituem redes sociais que variam seu tamanho e sua abrangência e são a expressão do fato de que o indivíduo, necessariamente, está inserido em relações sociais concretas. Frisamos que tal proposição é facilmente manipulável por diferentes concepções teóricas, sem que sua essência se perca.

Avaliando o constructo teórico acima esboçado, percebemos que é um marco da epistemologia, pois que ele surge como uma chave heurística, facilmente utilizável. A perspectiva inicial, portanto, não poderia ser mais distante da proposta por Lukács em sua “Ontologia”. Além disso, a construção dos artigos não traz um posicionamento sobre a própria lógica sociometabólica do capital. Mas ao limitar-se à descrição das formas de obtenção de confiança, honestidade etc., pela utilização das redes sociais, em contraposição ao que fazem a economia clássica e os (por ele chamados) economistas modernos, parece cumprir a função ideológica de garantidora do *status quo*. O seu lado positivo está na constatação de que os indivíduos põem finalidades em suas decisões e suas tomadas de decisão sempre se dão inseridas em realidades sociais concretas. Este é o ponto em que ele tangencia as preocupações de Lukács, pois aqui ele apreende algo posto ontologicamente. Não é apenas um mero exercício da consciência.

Tomando por referência a “Ontologia do Ser Social” de Lukács, percebemos que

aqui não se trata de corrigir uma visão sobressocializada ou subsocializada. Tampouco a questão é da inexistência de um enraizamento dos indivíduos nas relações sociais. Entendemos que na “Ontologia” há todo um esforço para desvelar o mundo dos homens, o ser social tal como é, não como resultado de um esforço apriorístico do pensar. Assim, desde a argumentação de que existem três esferas ontológicas distintas (inorgânica, orgânica e social), de que há uma articulação imanente entre elas que só pode ser compreendida pela categoria de momento predominante (cuja forma genérica é o salto ontológico). Passando pela centralidade, da práxis humana vital, do trabalho (protoforma do agir humano), pela categoria de prévia-ideação como passo fundamental para a execução do processo de trabalho, chegando à categoria de exteriorização, e à necessidade do conhecimento das leis do ser inorgânico e orgânico, para que os objetivos do processo de trabalho possam ser alcançados. Chegando a uma síntese dialética que supera (“*aufheben*”) tanto o trabalho quanto a natureza e origina o mundo dos homens, o ser social.

Ao chegar ao ser social, Lukács fala de uma segunda natureza, na qual o objeto que é objetivação da prévia-ideação torna-se algo distinto do sujeito criador e passa a ter uma história própria, autônoma em relação ao criador e influenciando o criador e a própria sociabilidade. Assim, a totalidade social é o resultado de atos individuais, singulares, de pessoas concretas. E depois de criada, tal totalidade é uma exterioridade objetiva que vai exigir a ação consciente e coordenada dos homens, que a criaram, para transformá-la. E tais transformações exigem mudanças na consciência dos homens, uma mudança ideológica.

Lessa (2002) argumenta que no ser social todo momento de sua estrutura interna surge imediatamente de uma posição teleológica, e toda posição teleológica realizada coloca em movimento séries causais, mas nunca uma teleologia. Ou seja, posições teleológicas põem em movimento séries causais, mas a legalidade das séries não é determinada pelo conteúdo do pôr teleológico. É por que a coisa, seja ela algo singular, seja a totalidade das relações sociais, uma vez objetivada, adquire uma independência da consciência que a pôs, é por isso que as coisas objetivadas têm uma trajetória não teleológica, puramente causal, e surgem frente aos sujeitos criadores como uma segunda natureza. A legalidade que surge no ser social é uma causalidade socialmente posta.

Com Lukács reafirmamos algo que já encontrávamos em Marx: os indivíduos fazem a história, mas não como desejariam, eles são tributários do conjunto de valores herdados. É o conjunto de decisões individuais, descoordenadas, que permite o funcionamento da sociedade humana, em particular na formação sociometabólica do capital. Tais decisões individuais estão na base das legalidades postas pelo movimento do ser social, isso porque os resultados obtidos pelas decisões individuais em geral são diferentes dos esperados pelos tomadores de decisão. Todo ato singular, toda decisão individual, traz em si alternativas: e essas alternativas trazem toda uma série de determinações sociais gerais, de efeitos (efeitos esses independentes das intenções conscientes do tomador

de decisão) que produzem outras alternativas de estrutura semelhante, que trazem toda uma série causal cujas legalidades escapam às intenções originais. Daí Lukács (2012, p. 345) dizer que: “(...) as legalidades objetivas do ser social são indissoluvelmente ligadas a atos individuais de caráter alternativo, mas possuem ao mesmo tempo uma coercitividade social que é independente de tais atos”. Mais uma vez: as decisões individuais e descoordenadas fazem funcionar legalidades que escapam à vontade dos sujeitos individuais. A tendência do ser social, portanto, nada mais é do que o resultado do movimento dinâmico-contraditório entre complexos em movimento. E aqui reforçamos a apreensão dinâmica da sociabilidade humana por parte do pensamento marxiano, apreensão que permite perceber certas legalidades e tendencialidades próprias ao ser social no seu vir-a-ser constante.

Expondo de forma sintética: Lukács ressalta que o trabalho é a protoforma do agir humano, a partir dele é possível entender outras estruturas pertinentes aos outros agires do ser humano. A partir da análise da categoria trabalho, e do processo de trabalho, foi possível perceber como são criadas as relações de causalidade, que geram legalidades e permitem o movimento do ser social de forma tendencial. Sendo que a lei universal do ser social é o contínuo aumento da produtividade do trabalho, tal aumento leva ao afastamento progressivo das barreiras naturais e ao aumento das formas de intermediação social, de progresso ontológico das formas de sociabilidade. Em particular no item 4 (“A Reprodução do Homem na Sociedade”) do capítulo II (“A Reprodução”), da “Ontologia”, Lukács (2013) relembra que a reprodução social total é um processo que exige a inter-relação entre complexos sociais parciais relativamente autônomos, mas a reprodução social total tem a influência soberana sobre estas inter-relações. E o processo de reprodução social total tem, necessariamente, uma natureza bipolar. Tem dois polos que delimitam seus movimentos reprodutivos, que o determinam em sentido positivo e negativo. Estes dois polos são, de um lado, o processo reprodutivo em sua totalidade extensiva e intensiva, e de outro, “ (...) os homens singulares, cuja reprodução como singular constitui a base do ser de toda a reprodução” (Lukács, 2013, p. 278). Ele entende que é preciso buscar um *tertium datur* para ter uma imagem ontologicamente correta da transformação do homem, no curso de desenvolvimento social, de mero exemplar da espécie humana, de homem singular, em homem real, enquanto portador de uma personalidade própria, de uma individualidade. Este terceiro caminho por ele proposto deve evitar duas falsas abstrações extremas: a que entende o homem como simples objeto da legalidade econômica e a que entende que a determinação essencial do seu ser-homem é ontologicamente independente da sua existência.

O homem enquanto ser ativo reproduz-se no interior da sociedade. Lukács (2013, p. 284), nos diz que ele é um ente complexo-unitário que reage concretamente à realidade concreta. Sua complexidade concreta é ao mesmo tempo premissa e resultado

da reprodução, da sua concreta interação com o próprio ambiente concreto. Segundo Lukács (ibid.), impera uma falsa antinomia que leva o pensamento a um beco sem saída. Tal antinomia era constituída por um lado pelo raciocínio que defendia a existência de uma substância da individualidade humana fora do espaço e do tempo, de tal forma que as circunstâncias da vida só poderiam modificá-la superficialmente (o equivalente ao conceito de subsocializado de Granovetter). Por outro lado, há o raciocínio que entende o indivíduo como um simples produto do ambiente no qual está inserido (o equivalente de sobressocializado de Granovetter). Para Lukács (ibid.) temos aqui uma deformação do problema ontológico. Pois, por um lado, há um fetiche da substância humana sob a forma de uma “(...) entidade mecânica, rígido-abstrata, separada do mundo e da própria atividade (como acontece de muitos modos no existencialismo)”. Por outro lado, transformam a substância humana num objeto “(...) que praticamente não oferece resistência a quaisquer manipulações (o que constitui a consequência última do neopositivismo)”. O terceiro caminho ontológico proposto por Lukács mostra um novo lado do seu conceito de substância, conceito que é universal e ao mesmo tempo histórico. Ele vem argumentando desde sempre que o elemento imediato do quadro histórico social é a decisão alternativa dos homens concretos.

Tomando esses atos em termos ontológicos, temos que são atos concretos de indivíduos concretos no interior de uma parte concreta de sociedades concretas, ou seja, utilizando o conceito de Polanyi-Granovetter, enraizados.

4. Considerações finais

Em suma, findamos reforçando que Lukács percebe, necessariamente, ontologicamente, o indivíduo inserido nas relações sociais. As decisões individuais ocorrem dentro de relações sociais e acionam outras tantas relações. E tais relações sociais podem assumir a forma de redes sociais, redes de contatos e de influência recíproca dos mais variados tipos. Esta é uma constatação ontológica, pois no mundo dos homens, redes de contatos, de relações sociais, são as formas assumidas usualmente pelos contatos dos indivíduos entre si nas variadas esferas de atuação. Logo, não estamos utilizando epistemologicamente uma chave heurística, mas referindo-nos a algo que é posto pelo próprio ser social na sua constituição. Ressaltamos também que a contribuição de Weber para a construção de uma teoria da ação social, se tem espaço no arcabouço teórico de Granovetter, passa muito longe do constructo lukacsiano, conforme assinalamos anteriormente. E a questão do enraizamento/desenraizamento de Polanyi tem algum paralelo com as compreensões marxistas e marxianas. Contudo, há aqui substanciais afastamentos. Posto que a ontologia marxiana, segundo Lukács, é uma ontologia materialista que tem por prioridade ontológica a esfera do econômico, ou ainda, o econômico possui, ontologicamente, um lugar determinante na constituição simultânea do homem individual e da totalidade so-

cial na qual tal homem está necessariamente inserido. E lembrando que na sociedade em que domina a lógica do capital, a sociabilidade é intermediada pelas coisas produzidas pelos homens, e que tais objetivações, exteriorizações, assumem a forma de mercadorias e se põem de imediato como limites para a autoefetivação humana do homem. Temos que essas exteriorizações assumem o caráter de alienações, de fetiche das mercadorias. Sendo por isso que a forma de dominação dessa formação social já não tem por base a simples dominação de classes ou um domínio diretamente objetivo. Trata-se de uma forma semimaterial de dominação, a dominação da lógica imperativa da autoexpansão do valor sobre os produtores do valor. Não nos parece que Polanyi esteja tratando desse tipo de dominação ou mesmo abordando o caráter alienante do trabalho sob a lógica do capital. Quando argumenta a respeito de um desenraizamento do econômico e do surgimento do moinho satânico, captura uma dimensão objetiva do ser social nessa época de domínio da lógica do capital. Qual seja: a autoexpansão do valor se sobrepõe e subsume toda e qualquer forma de manifestação de sociabilidade que possa por entraves aos seus imperativos lógicos. Daí o desenraizamento do econômico, o moinho satânico e o duplo movimento. Contudo, a captura desse aspecto, sem a compreensão da teoria do valor trabalho e do próprio capital enquanto valor em autoexpansão, limita a contribuição de Polanyi a uma demanda romântico-impressionista.

Polanyi e Granovetter from Lukács Glance

Abstract: The article critically examines the contributions of Polanyi and Granovetter on the embeddedness notions and functioning of any individual in social networks from the construction proposed by Lukacs in “The Ontology of Social Being”. It is proposed to rethink and point clues to an explanation, consistent with the Marxian thought, the necessary links between the decision-making done in the here and now, in the quotidian of world of men, and the legalities and more general trends produced by them and felt the entire social being.

Keywords: Lukács. Polanyi. Granovetter.

JEL codes: B24, B29, B51.

Referências

- ARAÚJO, P. H. F. *As possibilidades de um diálogo: a ontologia do ser social de Lukács e a nova sociologia econômica de Granovetter*. 2009. 231p. Tese (Doutorado em Ciências) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- CHASIN, José. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009, 253p.

GRANOVETTER, Mark. *Economic Institutions as Social Construction: A Framework for Analysis*. Mimeo, Paris, 1991, 21p.

_____. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, vol. 78, n. 6, May 1973, p. 1360-1380.

_____. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard (edits.). *The Sociology of Economic Life*. Boulder: Westview Press, 1992, p. 53-81.

_____. A Theoretical Agenda for Economic Sociology. In: GUILLEN, Mauro, F.; COLLINS, R.; ENGLAND, P.; MEYER, M. *Economic Sociology at the Millenium*. New York: Russel Sage Foundation, 2001.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social*. São Paulo: Boitempo, 2002, 287p.

LUKÁCS, György. As Bases Ontológicas da Atividade Humana. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 4, p. 1-18, outubro de 1978.

_____. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 598p.

_____. *Para uma Ontologia do Ser Social I*. São Paulo: Boitempo, 2012, 431p.

_____. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2013, 854p.

MARX, Karl Heinrich. *Grundrisse: manuscritos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, 788p.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: Ensaio de Negação e Afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993, 287p.

_____. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, 1102p.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 349p.

RAUD-MATTEDI, Cécile. A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber: Análise do Papel das Instituições na Sociologia Econômica Clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 57, fevereiro de 2005, p. 127- 142.

SWEDBERG, Richard. The Economic Sociology of Capitalism: An Introduction and Agenda. In: SWEDBERG, R.; NEE, V. *The Economic Sociology of Capitalism*. Princeton-New Jersey: Princeton University Press, 2005a, p. 3-40.

_____. *Max Weber e a Ideia de Sociologia Econômica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005b (Col. Economia e Sociedade, v. 5), 384p.

_____. A Nova Sociologia Econômica: o que já se atingiu, o que se seguirá? In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (org.). *A Nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras: Celta Editora, 2003a, p. 229-253.

_____. *Principles of Economic Sociology*. New Jersey: Princeton University Press, 2003b, 366p.

_____. Sociologia Econômica: Hoje e Amanhã. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, 2006, p. 7-34.

SWEDBERG, R.; HIMMELSTRAND, U.; BRULIN, G. The Paradigm of Economic Sociology. In: DIMAGGIO, P.; SHARON, Z. (ed.). *Structures of Capital: The Social Organization of the Economy*. New York: Cambridge, 1990, p. 57-86.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. 4. ed., Volume 1, Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, 464p.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 335p.

Recebido para publicação em julho de 2014.

Aprovado para publicação em novembro de 2014.

